

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – CRECI/CE**  
**Processo Administrativo no 24.957/2019**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**DATA: 07/10/2019**

**HORA DA LICITAÇÃO: 14h.**

**LOCAL: Auditório do CRECI-CE, situado à Rua Pe. Luís Figueira, 324 – Aldeota, Fortaleza-CE, CEP: 60.150-120.**

Endereço Eletrônico para pedidos de esclarecimentos: [colic@creci-ce.gov.br](mailto:colic@creci-ce.gov.br) / [licitacao@creci-ce.gov.br](mailto:licitacao@creci-ce.gov.br)

O **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DO CEARÁ – CRECI/CE 15ª REGIÃO**, por intermédio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local acima indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

Esta licitação observará as condições estabelecidas no presente Edital, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, do Decreto Federal nº 3.555, de 08 de Agosto de 2000, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, bem como e, subsidiariamente os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integralmente.

Os envelopes contendo a “PROPOSTA COMERCIAL” e os “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” serão recebidos no endereço retromencionado na sessão pública de processamento do pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame, e será conduzida pela Pregoeira, com o auxílio da Equipe de Apoio.

#### **ÍNDICE GERAL**

1. DO OBJETO
2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3. DO CREDENCIAMENTO
4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA COMERCIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA COMERCIAL”
6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO
8. DOS ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
9. DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO
10. DO PAGAMENTO
11. DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO
12. DA AQUISIÇÃO
13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
15. DA RESCISÃO CONTRATUAL
16. DOS RECURSOS FINANCEIROS
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Integram este edital os seguintes anexos:

- I - Termo de referência (Especificação do objeto).
- II - Modelo da Declaração de Inexistência de Empregado Menor no Quadro da Empresa
- III - Modelo de Declaração de Habilitação (*entregar junto com a carta de credenciamento*)
- IV - Modelo de Carta de Credenciamento
- V - Modelo Declaração de Enquadramento a Lei nº 123/2006
- VI - Modelo de Proposta

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **AQUISICAO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS, ZERO KM, MOTOR 1.0, COR BRANCO, FABRICAÇÃO NACIONAL 2019/2019, PARA USO DO CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DO CEARÁ – CRECI/CE 15ª REGIÃO**, conforme as especificações constantes no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

## 2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta Licitação:

- a) toda e qualquer **PESSOA JURÍDICA IDÔNEA**, fabricante ou concessionária autorizada por este, conforme legislação pertinente, notadamente a Lei nº 6.729/1979 (Lei Ferrari) **E CUJA NATUREZA SEJA COMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO**;
- b) que seja regularmente estabelecida no País;
- c) que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e em seus Anexos.

2.2. É vedada a participação de empresa em forma de **consórcios** ou **grupos de empresas**.

2.3. É vedada a participação de **cooperativas**, visto serem os serviços, por sua própria natureza, caracterizados como estado de subordinação. O Ministério Público do Trabalho, a União e a Justiça do Trabalho, através do Termo de Conciliação Judicial, homologado pelo juízo da 20ª Vara do Trabalho, se manifestou neste sentido, sendo ainda este entendimento respaldado pelo Tribunal de Contas da União nas decisões 1.590/04 TCU-PLENÁRIO e 1.815/04 TCU-PLENÁRIO;

2.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, cisão, liquidação, recuperação judicial ou esteja suspensa de licitar com a Administração e/ou declarada inidônea pela Administração Pública.

2.5. É vedado ao servidor dos órgãos e entidades do CRECI/CE participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, dos procedimentos licitatórios disciplinados pela Lei nº 10.520/2002.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) ficha de credenciamento devidamente preenchida em **papel timbrado da empresa**, conforme modelo do Anexo IV deste Edital;
- b) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- c) tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga (contrato social ou documento similar).
- d) Declaração de que a empresa é beneficiada pela Lei 123/2006. A ausência de apresentação da Declaração nesta fase acarretará em preclusão do direito em fases posteriores.

## 4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA COMERCIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com modelo estabelecido no Anexo III ao Edital, deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.

4.2. A “PROPOSTA COMERCIAL” e os “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” deverão ser apresentados separadamente, em envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**AO PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – CRECI/CE  
PROPONENTE:**

**AO PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – CRECI/CE  
PROPONENTE:**

4.3 A falta de credenciamento ou da entrega da declaração de habilitação por parte da Licitante, importa na preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

4.4. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo titular da empresa/representante legal ou procurador, juntando-se, nesse caso, cópia da procuração.

4.5. Os documentos deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou mediante autenticação junto à própria Pregoeira e sua Equipe de Apoio.

## **5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA COMERCIAL”**

5.1. A “PROPOSTA COMERCIAL” deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal;
- b) número do **Pregão**;
- c) Descrição dos veículos a serem adquiridos, contemplando todas as condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I);
- c) Proposta de Preços conforme Anexo VI deste Edital;
- d) **Valor Global da Proposta**, em moeda nacional corrente em (REAL) e por extenso;
- e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias a ser contados da sua emissão.
- f) O valor da proposta comercial não poderá ultrapassar o valor estimado previsto no Termo de Referência.

## **6 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**

**6.1 Os documentos de habilitação consistirão de:**

### **6.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

6.1.1.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

6.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e aditivos em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

6.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 6.1.2. REGULARIDADE FISCAL

6.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

6.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da LICITANTE, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes no prazo de sua validade, composta de:

a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

b) prova de situação regular para com a Fazenda Estadual, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c) prova de situação regular para com a Fazenda Municipal, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

6.1.2.3 Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea "a", Lei n.º 8.036, de 11/05/90) através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

6.1.2.4. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante a Justiça do Trabalho, na forma exigida pela Lei nº 12.440/2011, com a apresentação da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1.2.5. A comprovação da regularidade fiscal poderá ser feita, ainda, por meio de certidões positivas com efeito de negativas.

## 6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.3.1. Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor judicial, da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

## 6.1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente, atestando que a empresa prestou os serviços compatíveis em **características, quantidades e prazos** com o objeto da licitação, cujos atestados serão fornecidos por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, com firma reconhecida da pessoa que assinou;

## 6.2. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

6.2.1. O licitante deverá apresentar declaração, devidamente assinada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor(es) de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz(es), a partir de 14 anos, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital.

## 6.3. Os Documentos de habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

6.3.1. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

6.3.2. Quando apresentados em processo de fotocópia deverão obrigatoriamente ser autenticados em Cartório, ou apresentados juntamente com os originais, ocasião em que a Pregoeira poderá autenticar os documentos. Os documentos emitidos via Internet que estejam condicionados à verificação de sua autenticidade pelo Pregoeiro só serão aceitos após o cumprimento desta formalidade;

6.3.3. Toda a documentação apresentada fará parte dos autos e não será devolvida aos licitantes, ainda que se trate de originais.

6.3.4. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se forem acompanhados da versão em Português, firmada por **tradutor juramentado**.

6.3.5. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente da proposta;

6.3.6. Somente serão aceitos documentos acondicionados no envelope 2, não sendo admitido posteriormente, o recebimento pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio de qualquer outro documento, nem permitido à empresa Licitante fazer qualquer adendo aos documentos entregues aos mesmos;

6.3.7. Dentro do prazo de validade para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não constar expressamente o prazo de sua validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentação referente à habilitação fiscal e econômico-financeira;

6.3.8. O Pregoeiro e Equipe de Apoio autenticarão cópias de documentos, na forma e nas condições definidas neste Edital;

## 7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1. No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o recebimento das cartas de credenciamento dos interessados em participar do certame.

7.1.1. O credenciamento terá duração mínima de 15 (quinze) minutos.

7.2. Após o credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo III ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

7.3. Obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, o Julgamento das Propostas Comerciais será o **MENOR VALOR GLOBAL**.

7.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas as propostas que:**

- a) contenha vícios ou ilegalidades;
- b) apresente preço global superior ao limite máximo estimado para a aquisição;
- c) apresente preços que sejam manifestamente inexequíveis ou contenha preços global ou unitário simbólicos ou irrisórios, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; e
- d) não tenha sua exequibilidade, em especial em relação ao preço, devidamente comprovada no prazo designado pelo Pregoeiro.
- e) no tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado dos preços unitários;
- f) serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes;
- g) que estejam em desacordo com o disposto no item 05 deste Edital;

7.4.1. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4.2. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados na Proposta Comercial, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.4.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº

8.666/93, para efeito de comprovação de sua exeqüibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- c) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- d) estudos setoriais;
- e) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.4.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exeqüibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.4.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exeqüibilidade da proposta.

7.5. - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- c) o Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio para o início da oferta de lance no caso de empate de preços.
- d) a licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- e) os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- f) a etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- g) encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- h) o Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- i) após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- j) o critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços obtidos a partir do salário de cada categoria devidamente expressos na planilha.
- k) sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a formulou, para confirmação das suas condições de habilitação.
- l) constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o Pregoeiro declarará a licitante vencedora, e lhe adjudicará o objeto do certame.
- m) se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo proponente atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.6. Será observado no critério de julgamento o que preceitua o art. 44, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a oportunidade de se utilizarem do direito de preferência.

7.6.1. Encerrada definitivamente a disputa do Lote, o pregoeiro examinará o porte da empresa arrematante, e, se esta não for Empresa de Média Porte ou Grande Empresa, o pregoeiro, em ordem seqüencial,

provocará todos os que forem ME e EPP, e cujos valores contenham até 5% (cinco por cento) de diferença do arrematante, para, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, utilizando-se do DIREITO DE PREFERÊNCIA, cobrir a proposta do arrematante, sob pena de preclusão, de acordo com o parágrafo 3º do Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.6.2. Se a primeira empresa consultada pelo pregoeiro, que seja ME ou EP fechar negócio, o lote será encerrado; se não, o pregoeiro consultará as demais em ordem seqüencial.

7.6.3. Se nenhuma empresa que se encontre nas condições determinadas pela LC 123/06 fechar negócio, o pregoeiro considerará a proposta da arrematante.

7.7. Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

## **8. DOS ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

8.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos através do e-mail citado no preâmbulo. Não serão aceitos comunicados verbais, nem pedidos de esclarecimentos formulados após o prazo aqui estabelecido.

8.2. Até 02(dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

8.2.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área interessada, quando for o caso, decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.2.2. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

8.3. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra qualquer manifestação do Pregoeiro, com registro em Ata da síntese dos respectivos fundamentos, desde que munido de procuração com poderes específicos para tal, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer as razões escritas, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar as contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

8.4. As impugnações e os recursos devem ser protocolizados na sede do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI/CE, sito Rua Pe. Luis Figueira, 324 – Aldeota, Fortaleza/CE, contendo o nome completo do representante legal, telefone, e-mail para facilitar a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.6. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

## **9. DO LOCAL DE FORNECIMENTO E ENTREGA DO OBJETO**

9.1. O veículo será entregue na sede do CRECI-CE, situada à Rua Pe. Luis Figueira, 324 – Aldeota, Fortaleza/CE.

9.2. O objeto da presente licitação deverá ser entregue conforme especificações deste edital no prazo estipulado de no máximo 60 (sessenta) dias, a contar da data de recebimento da ORDEM DE COMPRA

e/ou NOTA DE EMPENHO por parte da CONTRATADA, no local indicado no subitem anterior, na presença do Presidente do CRECI 15ª Região/CE e do Gestor Contrato.

9.3. O recebimento provisório será efetuado pelo servidor responsável que verificará a qualidade/adequação do objeto, observado o disposto nas alíneas “a” do inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4. O recebimento definitivo será efetuado pelo servidor responsável após a confirmação da verificação supracitada, observando o disposto nas alíneas “b” do inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5. Caso algum item não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo máximo de 05 dias, contados da data de notificação expedida pela CONTRATANTE, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei Federal nº 8.666/93.

## 10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado nos termos do Termo de Referência (Anexo I).

## 11. DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

11.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

## 12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. Após a homologação do certame a Nota de Empenho será emitida pelo CRECI/CE, devendo a mesma ser retirada, no prazo de **05 (cinco) dias** úteis a partir da data da convocação encaminhada à licitante vencedora do certame.

12.2. O prazo de convocação a que se refere o subitem 12.1, poderá ter uma única prorrogação com o mesmo prazo, quando solicitado pela licitante, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

12.3. Se, por ocasião da contratação, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Nacional e Estadual, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.4. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item supra, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

12.5. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de habilitação exigida neste Edital ou se recusar a retirar a Nota de Empenho, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.

12.6. Para fins de contratação, a licitante vencedora que recolha encargos sociais ou tributos diferenciados, deverá informar a CONTRATANTE **quando da retirada da Nota de Empenho**.

## 13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. As obrigações da Contratante/Contratado serão efetuadas nos termos do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.



## 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações estará sujeito sem prejuízo das sanções legais previstas nos Art. 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções administrativas:

a) Advertência, quando do descumprimento de obrigações assumidas, desde que não acarrete grande prejuízo à execução do contrato e à administração.

b) Multas estipuladas na forma a seguir:

I. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta, em caso de recusa não justificada em assinar o contrato dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

II. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso sobre o valor global do contrato, no caso da não realização do serviço e/ou descumprimento das demais obrigações contratuais;

III. 10% (dez por cento) após o trigésimo dia de atraso sobre o valor global do contrato, no caso da não realização do serviço e/ou descumprimento das demais obrigações contratuais;

IV. 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de desistência de realizar os serviços com o conseqüente cancelamento da NE (Nota de Empenho).

c) Suspensão Temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos normativos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

### 14.2. A Declaração Inidônea que trata a alínea “d” do item 14.1 se dará na ocorrência dos seguintes casos:

I. Quando constatada a má-fé em prejuízo da Administração, atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo à Administração ou, ainda, aplicações anteriores e sucessivas de outras sanções;

II. Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III. Praticar atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

IV. Se comprovada a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

14.3. A inexecução total ou parcial do contrato, inclusive a sua transferência total ou parcial a outra empresa, sem prévio assentimento da CONTRATANTE, enseja sua rescisão com as conseqüentes penalidades previstas legalmente e contratualmente.

14.4. As multas que não forem possíveis descontá-las na garantia da CONTRATADA ou por ocasião do pagamento, serão recolhidas, voluntariamente, em nome do CRECI-CE. Se não o fizer, será encaminhado a Procuradoria do CRECI-CE para cobrança em processo de execução.

14.5. Nenhuma sanção será aplicada sem que seja assegurado em processo administrativo para apuração dos fatos, garantindo sempre os direitos prévios da citação, da ampla defesa e do contraditório, assegurados pela Constituição Federal de 1988, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, previsto no § 2º do Art. 87 da Lei nº 8.666/1983 e suas alterações.

## 15. DA RESCISÃO

15.1. A contratação firmada em decorrência da presente licitação poderá ser rescindida de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

15.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à CONTRATANTE são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§ 1º a 4º, da Lei citada.

## 16. DOS RECURSOS FINANCEIROS

16.1. Os recursos para custear as despesas do objeto desta licitação correrão por conta da Dotação Orçamentária nº 6.3.2.1.01.03.005.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a **CONTRATANTE**, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado publicado no D.O.U para conhecimento dos participantes da licitação. O pregoeiro poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

17.2. O proponente é responsável pela **fidelidade e legitimidade das informações prestadas** e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

17.3. Os proponentes intimados à prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

17.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio da igualdade entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

17.5. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União;

17.6. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, nos termos da Legislação pertinente;

17.7. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

17.8. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora, fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

17.9. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

Fortaleza, 20 de setembro de 2019.

---

**Tibério Vitoriano Benevides de Magalhães**  
**Presidente do CRECI - CE**

Visto:

ASSESSORIA JURÍDICA – CRECI/CE

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DA JUSTIFICATIVA**

1.1. A aquisição pretendida tem como objetivo atender a necessidade de cumprimento da missão CRECI/CE, qual seja, realização de atividade relacionadas a defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de fiscalização, supervisionando a ética dos corretores de imóveis em todo o território estadual, cabendo ao sistema zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente, visando a defesa da sociedade, assim como para deslocamento dos servidores do órgão e sua diretoria para as sub-regiões e escritórios de representação.

### **2. DO OBJETO**

2.1. Aquisição de 02 (dois) veículos, zero km, motor 1.0, cor branco, fabricação nacional 2019/2020, para uso do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Ceará – CRECI/CE 15ª região, conforme especificações técnicas adiante descritas.

2.2. O automóvel deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

- a) potência de 85 CV;
- b) motor de 1.0;
- c) bicombustível (Flex);
- d) câmbio mecânico de 05 (cinco) marchas a frente e 01 (um) ré;
- e) injeção eletrônica;
- f) pneus com aro no mínimo 14;
- g) capacidade para 05 passageiros;
- h) banco de apoio de cabeça traseiros com 03 (três) regulagem de altura;
- i) cintos de segurança;
- j) ar condicionado;
- k) direção hidráulica;
- l) vidros elétricos dianteiros e traseiros;
- m) faróis de neblina;
- n) travas elétricas;
- o) alarme;
- p) rádio CD/MP3/USB, com 04 (quatro) alto falantes;
- q) Demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei;
- r) Manual do proprietário e de manutenção, em português;

**OBS: OS CUSTOS INERENTES AO EMPLACAMENTO DOS VEÍCULOS SERÃO ÀS EXPENSAS DO CRECI-CE;**

### **3. DA GARANTIA TÉCNICA**

- 3.1. O veículo deverá ter garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses;
- 3.2. Deverá ser apresentado catálogo de assistência técnica em nível nacional;
- 3.3. O veículo somente será recebido após minuciosa inspeção por parte do preposto do contratante que rejeitará o mesmo caso constatado qualquer anormalidade, devendo a contratada entregar o veículo em perfeito estado e com todas as especificações descritas neste Termo de Referência.

#### **4. DO PRAZO DE ENTREGA DO VEÍCULO**

4.1. Os veículos deverão ser entregues no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, em Fortaleza/CE, incluído no preço o frete, a contar da data de recebimento da ORDEM DE COMPRA E/OU NOTA DE EMPENHO por parte da CONTRATADA.

#### **5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas correrão à conta da dotação orçamentária do CRECI-CE, Fonte: Orçamento de 2019, rubrica 6.3.2.1.01.03.005 - Veículos.

#### **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 6.1. Adotar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, executando-o com eficiência, presteza e pontualidade;
- 6.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CRECI-CE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações, indagações e proposições;
- 6.3. Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, as partes ou etapas do objeto contratual em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da aquisição;
- 6.4. Informar ao CRECI-CE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa;
- 6.5. Acatar as instruções e observações formuladas pela fiscalização, desde que sejam as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e/ou legislação pertinente, ficando desde logo ressaltado que a atuação da fiscalização não exime a contratada de sua total e exclusiva responsabilidade;
- 6.6. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os tributos, taxas e emolumentos, Federais, Estaduais ou do Distrito Federal e Municipais (à exceção dos tributos de natureza direta e pessoalíssima, que oneram pessoalmente a contratada, não devendo ser repassados ao CRECI-CE), inclusive encargos sociais, previdenciários, securitários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência, ficando desde logo estabelecido que o CRECI-CE nada deverá quanto a tais encargos, vez que já estão incluídos no preço total da contratação, inclusive frete.

#### **7. DAS OBRIGAÇÕES DO CRECI-CE**

- 7.1. Pagar os valores correspondentes nos prazos e condições pactuados neste Termo de Referência;
- 7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de agente designado, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências constatadas;
- 7.3. Atestar os documentos fiscais correspondentes, quando executados a contento e aceitos;
- 7.4. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

#### **8. DA CONTRATAÇÃO**

8.1. A contratação dar-se-á mediante a emissão da Nota de Empenho, nos termos do art. 62, § 4º, da Lei n.º 8.666/93.

#### **9. DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento ao contratado será em parcela única, liquidada conforme a entrega dos veículos zero Km.

9.2. A nota fiscal e fatura deve ser apresentada no CRECI-CE no ato da entrega do bem e atestadas por funcionário deste Conselho.

9.3. Considera-se como adimplemento da obrigação contratual a entrega do bem, bem como qualquer outro evento contratual, cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança (art. 40, § 3º, da lei 8.666/93).

9.4. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante pagamento em carteira em nome da Contratada ou por fatura bancária.

9.5. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

9.6. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade Fiscal e Trabalhista.

9.7. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na Nota Fiscal.

## **10. DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO**

10.1. Os pagamentos serão realizados após a apresentação do documento fiscal exigível em conformidade com a legislação fiscal e com eles as informações sobre o banco, agência e número da conta corrente da contratada;

10.1.1. A contratada deverá encaminhar o documento fiscal discriminando todas as importâncias devidas, correspondente ao objeto deste Termo de Referência, juntamente com as certidões que comprovem as regularidades fiscais e trabalhistas;

10.1.2. O documento fiscal referido no subitem acima deverá destacar as retenções previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e demais legislações pertinentes, quanto aos impostos federais;

10.1.3. Na hipótese de a contratada ser optante do simples, a fim de afastar a retenção de tributos, conforme art. 4º, XI, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, deverá anexar à fatura declaração devidamente assinada por seu representante legal, sob as penas da lei;

10.2. Recebido o documento fiscal, o CRECI-CE providenciará sua aferição e, após aceitação, efetuará o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura;

10.3. O atraso no pagamento do documento fiscal emitido, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, sujeitará o CRECI-CE ao pagamento de juros moratório de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, até o efetivo pagamento, além da devida atualização monetária;

10.4. O CRECI-CE reserva-se no direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação exigida;

10.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento;

10.5.1. O CRECI-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada;

10.6. A liberação do pagamento ficará condicionada à comprovação da regularidade fiscal da contratada por meio da apresentação de documentos hábeis, conforme subitem 10.1.1;

10.7. Havendo erro na emissão do documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, como rasuras, entrelinhas, falta dos documentos descritos no subitem

10.1.1, o documento de cobrança será devolvido à contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam sanados os problemas;

10.7.1. Na hipótese do subitem 10.7, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus para o CRECI-CE;

10.8. A simples existência da relação contratual sem a devida contraprestação não enseja nenhum pagamento à contratada.

## **11. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

11.1. Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, a responsabilidade pela gestão desta contratação será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. ANDERSON MAIA BRANDO - matrícula nº 092, ou pelos agentes do CRECI-CE que venham a ser designados pelo Presidente, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança, compreendendo-se no acompanhamento e na fiscalização:

11.1.1. Supervisionar a prestação dos serviços, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização de falhas ou defeitos observados;

11.1.2. Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora de sua competência.

## **12. DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

12.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste no contrato, erro de execução, ou demora na execução, a licitante estará sujeito às penalidades constantes no Edital.

## **13. DA ESTIMATIVA DE CUSTO**

13.1. O valor estimado para a contratação de que trata este Termo de corresponde ao valor máximo que será admitido na licitação, é de R\$ **168.962,06 (cento e sessenta e oito mil, novecentos centavos).**

---

**Tibério Vitoriano Benevides de Magalhães**  
Presidente do CRECI - CE

## ANEXO II

### **Modelo da Declaração de Inexistência de Empregado Menor no Quadro da Empresa**

(colocar em papel timbrado da empresa)

#### **Pregão Presencial nº 010/2019 – CRECI/CE**

\_\_\_\_\_, empresa sediada na  
rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
Declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,  
acrescida pelo art. 1º, da Lei 9.854/99, perante o CRECI/CE, que não mantém relação de  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho  
com menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(Local)

-----  
*Assinatura*

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

(colocar em papel timbrado da empresa)

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
sediada à Rua/Avenida \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_,  
Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado de  
\_\_\_\_\_, DECLARA, para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso VII  
do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, sob as penas da Lei que cumpre  
plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital de **Pregão Presencial nº 010/2019**  
– **CRECI/CE**.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(Local)

Assinatura,  
nome e número da identidade do declarante



**ANEXO IV**

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – CRECI/CE.**

**OBJETO: AQUISICAO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS, ZERO KM, MOTOR 1.0, COR BRANCO, FABRICAÇÃO NACIONAL 2019/2019, PARA USO DO CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DO CEARÁ – CRECI/CE 15ª REGIÃO.**

\_\_\_\_\_ (licitante), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por seu representante (endereço completo) legal, autoriza o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_, a representá-la em todos os atos do referido Pregão Presencial, que será realizado pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 15ª Região no dia **07 de outubro de 2019, às 14h** estando autorizado(a) para em seu nome, formular ofertas e lances de preços, assinar atas e documentos, rubricar propostas das demais proponentes, tomar ciência de decisões, interpor ou desistir de recursos e impugnações, receber notificações, acordar, transigir, renunciar, passar recibos, firmar compromissos, podendo, enfim, praticar todos os atos necessários ao desempenho de sua participação do certame.

DADOS DA LICITANTE:

NOME DA EMPRESA:

\_\_\_\_\_

CNPJ:

\_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO:

Nº

\_\_\_\_\_

BAIRRO:

CIDADE:

CEP:

\_\_\_\_\_

FONE:

FAX:

\_\_\_\_\_

EMAIL:

\_\_\_\_\_

PESSOA P/ CONTATO:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(Local)

\_\_\_\_\_  
(NOME / FUNÇÃO)

## ANEXO V

### **Modelo Declaração de Enquadramento a Lei nº 123/2006**

Ao  
CRECI-CE

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – CRECI/CE**

A (nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) \_\_\_\_\_, portador de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

*Carimbo CNPJ, nome e assinatura do responsável legal (legível).*

**Nota:** A falsidade desta **DECLARAÇÃO**, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

**ANEXO VI**  
***Modelo de Proposta***

Ao  
CRECI-CE

Apresentamos nossa proposta de preço para o veículo abaixo especificado, bem como as especificações requeridas no Termo de Referência, como proposta inicial do Pregão Presencial N.º 010/2019;

**IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

1. Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a entregar o objeto da licitação no prazo abaixo declarado, indicando para esse fim o Sr.

\_\_\_\_\_,  
carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_,  
como representante legal desta empresa.

2. Declaramos conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, bem como estamos de acordo com o Termo de Referência (anexo I) que o integra.

3. Declaramos que não há impedimento para a participação na licitação.

4. 02 VEÍCULOS: (preencher com a marca, modelo, ano de fabricação, combustível, tipo, espécie e cor)

5. Valor unitário: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_)

6. Valor total de: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_)

7. No preço proposto estão incluídos todos os encargos fiscais, bem como outros de qualquer natureza que incidam no fornecimento do bem.

8. Prazo de entrega: 60 dias a contar da data de recebimento da **ORDEM DE COMPRA e/ou NOTA DE EMPENHO** por parte da CONTRATADA.

9. Prazo de validade da Proposta: 60 dias

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
*Carimbo CNPJ, nome e assinatura do responsável legal (legível).*